



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objeto: Aquisição mobiliária para atender a demanda de serviços e qualificar o atendimento ao paciente prestada pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Trata-se de aquisição mobiliária para atender a demanda de serviços e qualificar o atendimento ao paciente prestada pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade de adquirir mobiliário, incluindo mesas, cadeiras, armários e outros itens essenciais, é justificada pelos seguintes motivos:

- Equipamentos Desgastados e Obsoletos: Muitos dos móveis atualmente em uso estão danificados, obsoletos, quebrados ou foram inutilizados. Isso compromete a segurança e o conforto dos servidores e pacientes.
- Expansão das Unidades de Saúde: A abertura de novas Unidades de Saúde e a ampliação de algumas delas exigem novos móveis para equipar adequadamente esses espaços e atender à crescente demanda de serviços.
- Adequação dos Ambientes de Trabalho: A necessidade de adequação dos ambientes de trabalho, como a central de refrigeração da Farmácia, requer móveis específicos que suportem a organização e o funcionamento eficiente desses espaços.

A aquisição de mobiliário é essencial para as atividades diárias das unidades de saúde, sendo crucial para a manutenção da qualidade no atendimento. A falta desses itens pode causar transtornos e prejudicar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos. Garantir um serviço de saúde de qualidade e excelência é fundamental para as unidades de saúde de Dois Vizinhos, incluindo a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24hs.

A Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos é responsável por prestar serviços públicos do SUS e zelar pela saúde da população. Seguindo o Princípio da continuidade dos serviços públicos, a aquisição dos móveis descritos neste Termo de Referência é imprescindível para manter as atividades diárias da Secretaria Municipal de Saúde.

O serviço público, como uma atividade de interesse coletivo, não pode parar, pois sua interrupção total ou parcial prejudicaria os usuários. Os recursos para essa aquisição serão provenientes do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde, conforme proposta 36000567567202300.

**ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

Os objetos da contratação estão previstos no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- Id do item no PCA: 390, 382, 392, 388, 395, 394, 384, 381, 403 (os demais itens não constam no PCA 2024);

Entretanto, alguns itens desta contratação não estão previstos no Plano Anual de Compras/Contratações de 2024. Isso ocorreu devido à liberação e disponibilização dos recursos após a publicação do plano de contratações anual do município. Além disso, a inclusão desses itens atende à necessidade e viabilidade da demanda, justificando sua inclusão, mesmo sem previsão inicial no plano anual.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe se necessário;
- b) Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme dor aplicável.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades de mobiliário foram cuidadosamente estimadas levando em consideração diversos fatores, como a demanda prevista, a capacidade de atendimento das unidades, as projeções de crescimento da demanda, a capacidade de investimento disponível e as características específicas dos itens. Além disso, foram consideradas as situações programadas e a previsão de disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento. Cada item foi avaliado com rigor para garantir que as unidades possam atender adequadamente às necessidades da população, oferecendo serviços de qualidade e contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar dos pacientes.

LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Após consulta realizada entre os gestores da Secretaria Municipal de Saúde, identificou-se a necessidade de aquisição dos mobiliários descritos neste Estudo Técnico Preliminar para atender às demandas dos serviços de saúde do município.

Considerando que tais itens se enquadram como material permanente e que não há alternativa viável para suprir essa demanda além da aquisição por meio de empresa privada, optou-se pela realização de um processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica.

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)**

O valor estimado para esta contratação foi baseado em um levantamento de mercado, que indicou uma média de R\$ 389.613,96 (trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e treze reais e noventa e seis centavos) para os mobiliários necessários. Esta estimativa preliminar tem como objetivo facilitar a seleção da melhor solução de contratação e avaliar sua viabilidade.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A aquisição desses mobiliários deve ser realizada com base em uma análise cuidadosa das necessidades desta secretaria, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do fornecedor. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sendo considerado o critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a administração é a de menor preço. Como os itens necessários já foram escolhidos, não há necessidade de utilizar outro critério de julgamento.

Diante dos fatos expostos, entende-se que a futura aquisição de mobiliários para a Secretaria Municipal de Saúde junto a empresas privadas, através de Pregão Eletrônico, com entrega a cargo do fornecedor, é a solução que suprirá as necessidades da Administração.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Não está prevista a aquisição por meio de grupos ou lotes, uma vez que a natureza dos objetos requer que a disputa ocorra por item, visando garantir o melhor aproveitamento do mercado e promover a competitividade. Quanto ao parcelamento dos itens que compõem o objeto, a legislação determina que eles serão divididos em tantas parcelas quantas sejam comprovadamente técnica e economicamente viáveis. Dessa forma, será realizada uma licitação por item, conforme determina a lei, buscando otimizar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sem comprometer a economia de escala.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)

A aquisição dos mobiliários nas quantidades apresentadas representa um avanço significativo no processo de modernização e estruturação da saúde municipal. Os benefícios esperados com essa aquisição incluem:

- Melhoria na Qualidade dos Serviços de Saúde: Ambientes bem equipados proporcionam melhores condições de atendimento e conforto para a população.
- Aumento da Eficiência no Atendimento aos Pacientes: Mobiliários adequados e funcionais facilitam o trabalho dos profissionais de saúde, agilizando o atendimento.
- Modernização e Adequação dos Mobiliários: Substituição de móveis obsoletos e desgastados por itens modernos e ergonômicos, adequados às necessidades das unidades de saúde.



- **Garantia de Disponibilidade dos Recursos Necessários:** Assegura que todas as unidades de saúde tenham os móveis necessários para o funcionamento adequado.
- **Contribuição para a Promoção da Saúde e Bem-Estar dos Pacientes:** Ambientes acolhedores e bem equipados contribuem para a humanização do atendimento e o bem-estar dos pacientes.
- **Redução de Custos Operacionais a Longo Prazo:** Investimento em mobiliário de qualidade e durável reduz a necessidade de substituições frequentes e manutenção constante.
- **Melhoria na Gestão dos Recursos Públicos:** Aquisição planejada e eficiente dos móveis, garantindo melhor uso dos recursos públicos.
- **Atendimento às Demandas e Necessidades da População:** Proporciona um serviço de saúde mais eficaz e humanizado, alinhado às expectativas e necessidades da comunidade.

Essas ações refletem o compromisso da administração municipal com a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à comunidade.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea R. Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Suplentes:	Tairone Alan Mezzomo

CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para esta contratação específica, não há outras contratações associadas ou interdependentes que estejam relacionadas ou tenham afinidade com o mobiliário a ser adquirido.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade



ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Considerando os dados expostos, torna-se evidente a viabilidade e a importância de contratar uma empresa especializada para fornecer mobiliário. Esses itens desempenham um papel fundamental na manutenção e no aprimoramento dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde. Ao garantir a disponibilidade desse mobiliário essencial, podemos assegurar a continuidade dos atendimentos e a qualidade do cuidado prestado à comunidade. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para fornecer mobiliário não apenas atende às necessidades imediatas da Secretaria de Saúde, mas também representa um investimento no aprimoramento contínuo dos serviços de saúde prestados à comunidade.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fornecimento de bens de natureza comum por MENOR PREÇO ITEM.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão
- Critério de julgamento: Menor Preço.
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de risco encontrasse em anexo.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

As informações contidas no presente Estudo Preliminar ASSUMEM CARÁTER ABERTO, portanto, deverão ter acesso público.

Dois Vizinhos, 20 de junho de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo

Responsável Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 19203-1